

Publicado no DOU de 14/12/94
Parte I, Seção I, pag. 29402
29414

CONVÊNIO ICMS 160 /94

Autoriza o Estado da Bahia a dispensar juros e multas relativos aos créditos tributários que especifica.

O Ministro de Estado da Fazenda e os Secretários de Fazenda, Economia ou Finanças dos Estados e do Distrito Federal, na 76ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária, realizada em Boa Vista, RR, no dia 07 de dezembro de 1994, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, resolvem celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Fica o Estado da Bahia autorizado a dispensar juros e multas incidentes sobre créditos tributários constituídos ou não, relativos ao período de 1º de setembro de 1990 a 31 de agosto de 1992, devidos sobre a importação de mercadorias classificadas nas posições 2603.00.0000 a 2603.00.9900, 2704.00.0100 e 7402.00.0000 da NBM/SH, conforme dispuser a legislação estadual.

Cláusula segunda Constituem condições da dispensa prevista na cláusula anterior:

I - a inexistência de ação judicial sobre a matéria ou a desistência daquela já interposta;

II - o pagamento total do imposto devido, monetariamente atualizado.

Cláusula terceira O disposto neste Convênio:

I - não implica dispensa do pagamento de custas, emolumentos judiciais e honorários advocatícios;

II - não autoriza a restituição de valores já pagos.

Cláusula quarta Este Convênio entra em vigor na data da publicação da sua ratificação nacional.

Boa Vista, RR, 07 de dezembro de 1994.

1994.

